

Fontes de Financiamento de Organizações de Microcrédito sem fins lucrativos: um estudo comparativo entre Brasil, Chile e Peru

Introdução

Dentre os grandes problemas enfrentados pela sociedade moderna, o desemprego é um dos que mais se destacam. Ele não faz discriminação entre a situação econômica dos países, visto que tem aumentado também nos países industrializados. Contudo, tal problema traz prejuízos sociais muito maiores nos países subdesenvolvidos e “em desenvolvimento”, pois tais países têm programas sociais menos consistentes para lidar com os desempregados.

Sabidamente, os micro e pequenos empreendimentos têm um potencial muito maior para gerar empregos do que as grandes empresas, pois, como eles não têm condições de fazer grandes investimentos em equipamentos e máquinas, utilizam-se, proporcionalmente, de uma quantidade maior de funcionários. Esses micro e pequenos empreendimentos enfrentam, no seu dia-a-dia, vários desafios para sobreviver no mercado; um dos mais relevantes é a falta de recursos financeiros para capital de giro e investimentos.

Coloca-se como uma das principais causas desse problema a percepção de risco das instituições financeiras tradicionais em relação a esses empreendimentos, principalmente devido à falta de bens para garantir o empréstimo, e também por serem aparentemente instáveis, pois realizam transações informais; portanto, são desprovidos de documentos contábeis que constituam base de informações confiáveis sobre sua real situação e suas perspectivas de sucesso. No entanto, esses microempreendimentos têm grande potencial para crescer e são de considerável importância para o desenvolvimento de um país.

Dantas, apud Parente (2002), afirma que a importância econômica e social desses microempreendimentos para o Brasil é inquestionável. De acordo com ele, cerca de 25% da população urbana economicamente ativa brasileira está vinculada a um pequeno empreendimento, o que representa cerca de 14 milhões de pessoas. Esse número é ratificado em uma pesquisa elaborada por uma instituição financeira do Brasil, a Caixa Econômica Federal (2002), que mostra um total de 13,5 milhões de pequenos empreendimentos que são demandantes potenciais de microcrédito.

Diante da tendência neoliberal que vários governos da América Latina têm adotado nas últimas décadas, pouco têm feito pelos micro e pequenos empreendimentos no tocante à concessão de crédito. Diante dessa realidade, várias organizações não governamentais sem fins lucrativos têm surgido nesses países, com o intuito de fornecer crédito aos microempreendedores, pois elas acreditam que esses microempreendimentos têm grande potencial para crescer e são de considerável importância para o desenvolvimento de um país.

De acordo com Painter e Tang (2001), os programas de microcrédito, ao fornecer crédito aos pequenos empreendimentos que não têm acesso ao segmento bancário tradicional, tornam-se importantes instrumentos de combate à pobreza e de desenvolvimento econômico para as comunidades menos favorecidas. Pode-se comprovar os resultados concretos nesse sentido, recorrendo-se à afirmação de Dokmo (2000). Segundo ele, em 1999, um total de 176.147 clientes, em 25 países em desenvolvimento, foram beneficiados por operações de microcrédito, e tais clientes geraram 276.886 empregos.

Para atender a esse tipo de cliente, as organizações que atuam com microcrédito precisam ter flexibilidade quanto à garantia do pagamento do crédito concedido,

adotando o princípio da confiança, dispensando várias exigências que são feitas pelos bancos tradicionais, utilizando apenas o mínimo indispensável de burocracia.

Dentre os diversos desafios que tais organizações, que normalmente são de pequeno porte, enfrentam para se estabelecerem e se consolidarem no mercado, está a busca da auto-sustentação. Um dos pilares para que a auto-sustentação seja atingida é a obtenção de recursos financeiros baratos e sem grande burocracia, para que elas consigam ampliar seu campo de atuação.

Acredita-se que a grande maioria das organizações de microcrédito tenham dificuldade para a obtenção de recursos financeiros. Diante desta hipótese, o objetivo principal deste trabalho é levantar quais são as fontes de recursos financeiros que estão sendo utilizadas por organizações de microcrédito de três países, Brasil, Chile e Peru, e verificar se tais organizações estão tendo dificuldades em atingir a auto-sustentação, devido à escassez de recursos financeiros disponibilizados pelo mercado. Além disso, a pesquisa permitirá uma comparação entre as peculiaridades dessas organizações, de acordo com o país onde estão situadas.

1. Histórico do microcrédito

Segundo literatura revisada, as primeiras operações de microcrédito surgiram no Brasil, na cidade do Recife, na década de 70. Tais operações eram feitas pela União Nordestina de Apoio a Pequenas Organizações (UNO), uma organização não governamental (ONG). Seus programas cresceram rapidamente, com ótima recuperação de carteira e entusiasta respaldo de bancos comerciais locais, que lhe forneciam recursos financeiros. Tal sucesso levou à replicação da experiência, de forma melhorada e ampliada, na cidade de Salvador, em 1974. A partir daí, várias palestras foram promovidas, das quais participavam outras ONGs e pessoas interessadas no tema. Com isso, a experiência foi exportada ao resto dos estados brasileiros e para outros países da América do Sul e América Central.

Naquela mesma época, com natureza e propósitos semelhantes aos da UNO, mas com especial orientação ao crédito rural e preferência para mulheres, nasceu o Grameen Bank, em Bangladesh, e na Indonésia o *Badan Kredit Kecamatan* (BKK). O Grameen Bank também exportou sua experiência, especialmente para o resto da Ásia, Oceania e África.

Na década de 80, no mundo, ampliou-se a cobertura de muitos programas de microcrédito, fortalecendo-se as respectivas organizações que os forneciam, que conseguiram melhorar suas captações de recursos no mercado formal de capital. Durante essa época, para a instalação, expansão e financiamento de tais programas colaboraram organizações filantrópicas americanas, européias e asiáticas; agências governamentais (USAID, CIDA, ODA, etc.) e depois bancos internacionais (BID, Banco Mundial, etc.).

Atualmente, diversos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento estão colocando o microcrédito em suas “agendas”, com o objetivo de diminuir o desemprego e aumentar a geração de renda nas camadas mais pobres da população. Vale ressaltar que nos EUA e países europeus também existem programas de Microfinanças, pois, evidentemente, em tais países, pode-se encontrar microempreendedores excluídos dos mercados formais de capital.

2. Caracterização do Microcrédito

Deve-se entender como microcrédito o tipo de financiamento fornecido por organizações com ou sem fins de lucro, onde são cobradas taxas de juros, e

direcionado aos segmentos de menor poder aquisitivo da população, especialmente a microempreendedores, constituídos ou não formalmente.

As ONGs que atuam com microcrédito têm várias características que as diferem das instituições financeiras convencionais, dentre elas:

- a estrutura de propriedade das ONGs especializadas em microcrédito é diferente das instituições financeiras convencionais (bancos comerciais e empresas financeiras). As instituições convencionais têm acionistas institucionais individuais com mentalidade comercial, com “grandes capitais” que lhes permitem oferecer capital adicional em um momento de crise. Já nas ONGs, não se pode contar com tais respaldos financeiros, pois seus fundadores e administradores não são capitalistas e, normalmente, sua missão é mais social que financeira;
- os clientes das ONGs de microcrédito são diferentes dos das instituições financeiras convencionais. Na maioria das vezes, são microempreendedores de baixa renda que têm negócios familiares rudimentares e documentação formal limitada. Diante dessas características, são considerados de alto risco;
- o crédito oferecido pelas ONGs é diferente do que oferecem as instituições financeiras convencionais. O valor e o prazo do empréstimo são menores e os juros mais altos. Como resultado, a carteira de empréstimos dessas ONGs mostra um perfil particular de risco: está mais fracionada e tem uma rotação mais alta (diminui o risco), mas está concentrada geograficamente (aumenta o risco);
- a metodologia de análise de crédito é diferente dos procedimentos das instituições financeiras convencionais. A análise da reputação e do fluxo de caixa dos clientes é mais importante que as garantias e a documentação formal.

Além dessas diferenças, há também as diferenças entre o crédito convencional e o microcrédito, que podem ser visualizadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Características distintivas entre crédito convencional e microcrédito

	Crédito convencional	Microcrédito
Propriedade e forma de gerência	Instituição maximizadora de benefícios e acionistas individuais.	Bancos e ONGs.
Características de cliente	Diversos tipos de empresas formais e empregados assalariados.	Empresários de baixa renda com firmas familiares e rudimentares. Limitada documentação formal.
Características de produto	Valores altos. Longo prazo. Taxas de juros baixas	Créditos pequenos. Curto prazo. Taxas de juros altas
Metodologia de empréstimo	Garantia e documentação formal.	Análise de devedor e de fluxo de caixa com inspeção no lugar.

Fonte: adaptado de Jansson e Wenner (1997) e Rock e Otero (1996)

Vega e Prado (1997), nas análises e estudos que realizaram nas organizações de microfinanças BancoSol e Caja Los Andes, entre outras, concluíram que as principais chaves de sucesso para um programa de microcrédito são:

- cobrar taxas de juros aceitas por seus clientes, que lhes permitam cobrir custos não excessivamente altos, não encarecendo o crédito com outros custos de transação;
- capacidade de controle da inadimplência e insolvência dos clientes, incluindo: sistemas de informação adequados para este propósito, contato pessoal constante

com eles e sistemas de controle interno, que evitem fraude ou a má utilização dos fundos;

- diversificar suficientemente a carteira, evitando fornecer crédito a empreendedores que não tenham comprovada capacidade de pagamento.
- captar recursos, depósitos ou poupanças locais em lugar de depender substancialmente de fundos de doações;

3. A atuação das ONGs de microcrédito em países da América do Sul

3.1. Brasil

Conforme já citado, o Brasil é um dos pioneiros no fornecimento de operações de microcrédito. Apesar disso, as experiências mais expressivas passaram a emergir somente após a implementação do Plano Real, em 1994. Até àquele ano, as duas organizações que tiveram maior repercussão foram a FENAPE (Federação Nacional dos Pequenos Empreendedores) e o Banco da Mulher.

Pode-se dizer que uma das organizações de microcrédito mais conhecidas no Brasil é o Portosol, que surgiu em Porto Alegre, no ano de 1995, e serviu de modelo para várias outras organizações que foram fundadas posteriormente. Barcellos e Beltrão, apud Singer e Souza (2000), citam a grande importância que tal organização teve para o desenvolvimento dos microempreendimentos da Grande Porto Alegre, pois, até o ano de 2000, ela já havia liberado 11.600 créditos, totalizando 20,4 milhões de reais.

Outro exemplo, que deve ser mencionado, foi a iniciativa pioneira do Banco do Nordeste, que lançou o programa Crediamigo, em 1997, passando a atuar diretamente na concessão de microcrédito através de 50 agências. De acordo com Parente (2002), o Banco do Nordeste tornou-se a segunda maior instituição no fornecimento de microcrédito na América Latina, em apenas dois anos de atividades.

Pode-se também destacar o surgimento, durante o final da década de 90, dos chamados “Bancos do Povo”. São iniciativas de governos estaduais e municipais como parte da política pública de geração de trabalho e renda. A grande crítica que se pode fazer a essa iniciativa é que, ao cobrar apenas 1% de juros ao mês, caso do estado de São Paulo, tais organizações nunca conseguirão atingir sua auto-sustentação. Segundo Costa, apud Parente (2002), o governo acaba fornecendo crédito a fundo perdido, pois a experiência internacional desaconselha operar com taxas inferiores às de mercado. Dessa forma, elimina-se a possibilidade de a agência alcançar sua autonomia política e sustentabilidade econômica.

Além das iniciativas do setor público, cabe destacar o surgimento, em várias cidades brasileiras, de organizações de pequeno porte que operam com microcrédito. Normalmente, seu raio de atuação é pequeno, abrangendo apenas a cidade onde estão localizadas. A tipologia dessas organizações, segundo Kwitko (2002), é apresentada a seguir:

- ONG (Organização não Governamental): associação civil sem fins lucrativos, regida por estatuto social, não vinculada de forma obrigatória a nenhuma entidade controladora e, assim, sujeita a restrições quanto às estipulações usuárias;
- OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público): pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida por estatuto e que não se encontra sujeita à Lei da Usura. É uma modalidade de ONG que pode estabelecer parcerias para executar parte das políticas sociais que cabe aos poderes públicos;
- SCM (Sociedade de Crédito ao Microempreendedor): associação com fins lucrativos, que pode ser constituída como sociedade por quotas de

responsabilidade limitada ou sociedade anônima. Sujeita-se à fiscalização do Banco Central;

- Cooperativa de Crédito: sociedade de pessoas de natureza civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de conceder empréstimos e prestar serviços aos seus associados e com funcionamento determinado pelo seu respectivo estatuto social.

Os bancos comerciais também estão autorizados a conceder microcréditos. O Banco Central do Brasil, através de uma resolução de agosto de 2003, autorizou os bancos a utilizar 2% do seu recolhimento de depósito compulsório como fonte de recursos para ofertar microcrédito. Tal operação deve possuir as seguintes características: valores máximos de R\$ 1.000,00 para microempreendedores e R\$ 500,00 para pessoas físicas e taxa de juro efetiva máxima de 2% ao mês.

Na pesquisa bibliográfica elaborada não foram encontradas informações consolidadas sobre o número e o montante de operações liberadas pelos diversos tipos de organizações que atuam com microcrédito no Brasil.

3.2. Chile

As ONGs, no Chile, são instituições privadas, com fins públicos, tendo como característica adicional atuar sem fins lucrativos. Estima-se que existem aproximadamente 300 ONGs, cujo âmbito engloba desde associações de vizinhos, passando pela beneficência, cultura e meio ambiente e chegando a corporações e fundações. A maioria das ONGs não contam com recursos próprios e se financiam com recursos externos (BID, Bancos, Cooperação Internacional, etc). Essas ONGs agrupam profissionais e técnicos que desenvolvem a promoção e o apoio (docência, pesquisa, assessoria, etc.) em uma grande diversidade temática, relativas ao desenvolvimento político, econômico, social e cultural do país.

As ONGs chilenas que atuam no campo do microcrédito surgiram em resposta às necessidades dos setores excluídos da sociedade, não somente em termos do sistema financeiro formal como também em termos sociais. Nesse âmbito, é possível diferenciar dois tipos: aquelas que se dedicam exclusiva ou principalmente à atividade creditícia e outras com um caráter bem mais amplo, nas quais os serviços creditícios são complementares a outras ações de fomento ou desenvolvimento.

A maior parte dessas instituições têm tido uma experiência mais ampla com os microempreendedores, indo além do fornecimento de microcrédito, através da prestação de serviços em diversas áreas, como: assessoria, capacitação de funcionários, oficinas, etc. Segundo o cadastro de instituições creditícias (PET, 2002), no Chile, atualmente, existem 12 ONGs que se dedicam prioritariamente à concessão de microcrédito.

Cada uma dessas ONGs tem sua própria missão, sendo o denominador comum a concessão do crédito. Contam com uma matriz em alguma região do país e algumas possuem até 3 ou mais filiais em diferentes regiões. Apesar de serem poucas, tais organizações representam a única alternativa de crédito para uma grande parte da população.

Essas organizações, em geral, direcionam sua atenção a microempreendimentos urbanos, ainda que também atendam a microempreendimentos agrícolas. Na sua maioria, atendem a clientes pertencentes ao segmento do comércio, normalmente informais. No Chile, os microempreendimentos são considerados informais quando não possuem iniciação de atividades no Serviço de Impostos Internos (SII) e nem alvará municipal.

Em relação às características do crédito, as ONGs apresentam uma ampla diversidade de tratamento. Podem ser encontradas aquelas que operam com valores

menores, característicos de microcréditos, e outras que operam com valores maiores, que vão desde os microcréditos até quantias próximas às operações bancárias.

A metodologia de análise de crédito é similar à utilizada pelos bancos que também fornecem microcrédito, tendo como procedimento relevante a “visita ao local” onde o microempreendedor atua. O grande elemento diferenciador das ONGs de microcrédito é o tipo de relação que se estabelece com os clientes. De acordo com Herrera (2003), nessa relação, a “confiança” é fator primordial, pois, normalmente, o microempreendedor não possui garantias reais para oferecer à ONG que está fornecendo o crédito.

Pode-se dizer que, no Chile, as ONGs foram pioneiras no terreno do microcrédito. O caminho percorrido por mais de 10 anos, e em algumas por mais de 20, tem dado a elas uma experiência valiosa no conhecimento desse segmento. Apesar das restrições que têm atualmente, elas seguem mantendo um nível de flexibilidade e uma maior aproximação aos setores que o segmento bancário tradicional não atinge. Nesse sentido, seria um erro pensar que os bancos tradicionais poderiam cobrir todos aqueles setores que hoje solicitam crédito às ONGs.

3.3 Peru

De acordo com Jansson e Wenner (1997), na última década, as microfinanças têm alcançado um alto grau de desenvolvimento no Peru. Tal desenvolvimento, na América Latina, só pode ser comparado ao da Bolívia. As instituições peruanas, especializadas no segmento de microcrédito, tinham, em novembro de 2002, uma carteira ativa de operações de US\$ 618.9 milhões, o que representava 6,62% do total de créditos oferecidos pelo sistema bancário.

De acordo com um estudo elaborado pelo Banco Central de Reserva (BCR) do Peru, em novembro de 2002, as taxas de juros cobradas pelas Instituições de Microfinanças (IMF) são, em média, de 58,6% ao ano. Tal taxa está muito acima dos 6,8% cobrados pelos bancos nos empréstimos fornecidos a clientes corporativos de grande porte.

Através da tabela 2, pode-se observar a carteira de empréstimos das seis organizações peruanas formalizadas que atuam com microcrédito, ou seja, que são regulamentadas pela Superintendência de Banca y Seguros (SBS). Dessas seis organizações, somente as EDPYMES estão constituídas como ONGs sem fins lucrativos. Apesar disso, existem várias outras ONGs espalhadas pelo país que também atuam com microcrédito. Elas não são regulamentadas pela SBS, mas fazem pagamento de tributos ao fisco, como empresas normais. Há dificuldade em se conhecer e em obter informações sobre elas, pois não existe uma entidade ou associação que as agregue e busque defender seus interesses.

Dentre as organizações formalizadas, as que possuem atuação em âmbito nacional são: o Banco *del Trabajo*, a *Financiera Solución* e o MIBANCO. Por outro lado, as outras três organizações, apesar de atuarem em escala regional, possuem mais tradição. Dentre elas, destacam-se as *Cajas Municipales de Ahorro y Crédito* (CMACs), atuando com 13 unidades e detendo 49,1 % de participação de mercado.

No Peru, a atuação das organizações que trabalham com microcrédito é fragmentada. Existem várias razões para esse fato, dentre elas:

- existem barreiras regulamentatórias para que as CMACs possam operar fora de suas zonas de origem e, particularmente, na Capital (Lima);
- houve, nos últimos anos, um crescimento acelerado no mercado de microcrédito. Algumas organizações que, anteriormente, eram especializadas no crédito de

consumo, como o *Banco del Trabajo* e a *Financiera Solución*, passaram a canalizar financiamentos para os microempreendimentos;

- como parte da luta contra o centralismo, tem-se propiciado ativamente o surgimento de organizações regionais, como as CMACs e CRACs.

Diante dessa fragmentação, não existe a presença de entidades dominantes no mercado de microcrédito peruano. No entanto, observa-se uma diferenciação entre o mercado da Capital (Lima) e do interior. Na capital, destaca-se a participação do MIBANCO, do *Banco del Trabajo* e da *Financiera Solución*, enquanto que, no interior do país, visualiza-se a penetração das principais CMACs, que se constituem, em muitas cidades, como o principal fornecedor de crédito. A fragmentação do mercado de microcrédito tem gerado várias consequências, tais como:

- debilidade das pressões competitivas e predomínio de altas taxas de juros;
- falta de adequados incentivos para racionalizar custos e propiciar adequadamente a eficiência na intermediação;
- dificuldade em conseguir economias de escala;
- criação de um contexto pouco propício à inovação organizacional, tecnológica e de produtos.

É importante ressaltar que essa estrutura de mercado tem começado a mudar, pois, a SBS aprovou, em 11/12/2002, a Resolução n° 1276-2002, que estipula condições para que todas as organizações possam acessar o mercado da capital (Lima).

Tabela 2 – Carteira de operações de microcrédito das organizações peruanas formalizadas

	N° de unidades	Carteira (milhões US\$)	Participação no mercado (%)
<i>Banco del Trabajo</i>	1	68,1	11,0
MIBANCO	1	58,8	9,5
<i>Financiera Solución</i>	1	61,2	9,9
CMACs	13	304,2	49,1
CRACs	12	67,1	10,8
EDPYMES	14	59,5	9,6
TOTAL	42	618,9	100,0

Fonte: SBS (2002)

4. Fontes de recursos financeiros para microcrédito

4.1. Brasil

Dentro do sistema financeiro brasileiro, as ONGs de microcrédito são classificadas como instituições financeiras não bancárias, ou seja, não estão autorizadas a captar depósitos à vista. Esta é uma das fontes de recursos utilizadas pelos bancos comerciais, pois, os clientes, ao depositarem dinheiro em suas contas correntes, fornecem a eles recursos a custo zero, ou seja, não são remunerados.

Sem poder contar com esse tipo de recurso, uma opção para as ONGs seria captar recursos dos próprios bancos comerciais. De acordo com Bruett et all (2002), esta fonte é até viável, mas o grande problema são as altas taxas de juros cobradas por tais bancos. Tais autores afirmam que a dificuldade de acesso a essas duas fontes de financiamento representa uma importante restrição para as ONGs de microcrédito brasileiras.

Uma outra opção de financiamento seria a entrada de acionistas investindo capital. Na prática, esta opção é inviável, pois a lei brasileira exige que todo o lucro líquido de uma ONG seja reinvestido nela mesma e que a renda oriunda da cessação

de suas operações seja transferida para outra ONG. Obviamente, este aspecto inibe a entrada de qualquer tipo de capital especulativo nesse tipo de organização.

Levando em conta tais restrições, Kwitko (2002) apresenta quatro formas de captação de recursos para as ONGs de microcrédito:

- doações: podem ser feitas em dinheiro ou conforme condições de acordo de doação. As doações em dinheiro são geralmente acompanhadas de poucas exigências, enquanto que os acordos de doação podem prever uma série de exigências que permitem ao doador reclamar a devolução do dinheiro se este não for usado em conformidade com as condições estabelecidas. A principal característica das doações é que os doadores não recebem um certificado de propriedade.
- Convênios: a ONG pode estabelecer convênios com o poder público, entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, públicas ou privadas. Através disso, a ONG ajuda a organização, com quem estabeleceu o convênio, a implementar suas políticas institucionais. Este convênio pode se concretizar na forma de reembolso de despesas fixas, cessão de equipamentos ou espaço físico, etc.
- Contrato para contrair empréstimos junto a instituições financeiras nacionais e internacionais: negociam-se linhas de crédito que permitem que a ONG contraia empréstimos frequentes e repetidos quando suas contas não dispõem de fundos suficientes.
- Termo de parceria com o poder público: a organização recebe recursos do poder público com o objetivo de executar parte das políticas sociais que caberiam a ele. Esta modalidade só é permitida para as organizações que estejam constituídas como OSCIPs (vide item 3.1).

4.2. Chile

A maioria das ONGs de microcrédito chilenas não contam com recursos próprios para financiar suas operações, utilizando recursos de terceiros para este fim. As principais fontes de recursos financeiros utilizadas por elas são: FOSIS, BID, Bancos e Cooperação Internacional.

A década de 1991-2001 golpeou fortemente tais ONGs no Chile, entre outras razões, principalmente por problemas de captação de recursos financeiros, num cenário de retirada da cooperação internacional e de doadores. Tal fato afetou a sustentabilidade institucional das mesmas (Franco, 2001).

De acordo com Verdugo (2001), a retirada paulatina de apoio financeiro às ONGs de microcrédito começou a ocorrer após o Chile deixar de ser classificado, em âmbito internacional, como “país pobre”. Como exemplo, o representante de uma ONG creditícia manifestou que, ao início de suas atividades (década de 80), recebia ajuda basicamente da União Européia (80%); atualmente, 60% de seus recursos originam-se do estado chileno através do FOSIS.

O FOSIS, criado em 1990, é um serviço público nacional considerado como a ação de fomento estatal mais importante na promoção de crédito a microempreendimentos urbanos e depende do Ministério do Planejamento e Cooperação - MIDEPLAN. Começou suas atividades com dois programas: o Programa de Apoio à Microempresa, que se iniciou em 1990, e o Programa de Assistência Creditícia, em 1992 (Mideplan, 1992).

Esses programas reformularam-se em virtude de uma avaliação realizada e, a partir de 1996, criou-se o Programa de Assistência Creditícia para o período 1996-2000, que se distingue por possuir dois tipos de operadores: as instituições financeiras (IFI's), que são, fundamentalmente, os bancos e instituições financeiras, e as

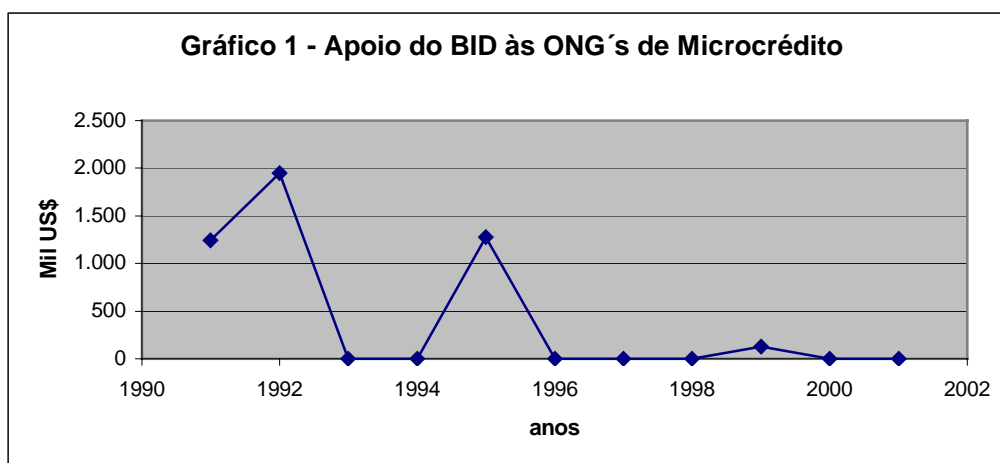
Organizações Intermediadoras de Desenvolvimento, OIÐ's, compostas por fundações, cooperativas e ONGs em geral. As primeiras eram subsidiadas através do pagamento dos custos operacionais provenientes das concessões de crédito, enquanto que as últimas recebiam recursos de FOSIS para os créditos propriamente ditos. Apesar desse programa continuar em atividade, os recursos destinados às ONGs têm diminuído nos últimos 10 anos, pelo fato destas instituições também terem restringido o número de créditos concedidos aos microempreendedores. Tais fatos podem ser verificados na Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição do número de microcréditos com recursos do FOSIS

Instituição	1991-1995	1996-2000	1991-2000
IFI's	51.662	118.338	170.000
Participação	58%	87%	76%
OIÐ's	36.764	18.236	55.000
Participação	42%	13%	24%
Total	88.426	136.674	225.000

Fonte: Herrera (2002)

Conforme já mencionado, os recursos provenientes de organismos internacionais têm diminuído bastante. Tal diminuição é atribuída à classificação do Chile, durante a década de 90, como um país não pobre. Para ratificar esta informação, pode-se citar o exemplo da atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Apesar desta instituição se caracterizar por seu grande apoio ao setor da microempresa, no Chile, a partir da metade da década de 90 tal apoio praticamente desapareceu (vide Gráfico 1).



Fonte: BID (2001)

Com respeito às Agências de Cooperação Internacional, vale destacar que as ONGs de microcrédito chilenas relacionam-se com diversos países, entre eles: Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Escócia, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Reino Unido e Suíça. Entretanto, num estudo realizado por Morgan (2001), sobre os principais problemas enfrentados na relação com tais agências, evidenciou-se que o principal deles é a “diminuição ou retirada do financiamento pela imagem de sucesso do país”. (vide Tabela 4).

Tabela 4 – Problemas na relação entre as Agências Internacionais e as ONGs

Problemas	ONGs*
Redução/retirada de financiamento devido à imagem de “sucesso” do país	63%
Visões distintas da intervenção: não compreendem a realidade local	13%
Relações verticais: pouco acordo	8%
Outros	13%
Não responderam	21%

*OBS: Vale ressaltar que, neste estudo, as ONGs podiam apontar a existência de mais de um problema; portanto, a soma das porcentagens não totaliza 100%.

Fonte: Morgan (2001)

4.3 Peru

Várias ONGs peruanas, de maior envergadura, alteraram sua constituição jurídica e tornaram-se intermediários formais. Pode-se citar vários exemplos: a *Mibanco* (oriunda da ONG ACP), as EDPYMES Edyficar (ONG CARE), Proempresa (ONG IDESI), Crear Arequipa (ONG Hábitat Arequipa), Crear Tacna (ONG Hábitat Tacna) e Confianza (ONG SEPAR).

Apesar da tendência de algumas ONGs se tornarem intermediários formais, uma pesquisa da ADEX – AID e COPEME mostra a importância que as principais ONGs de microcrédito ainda possuem no país. As 19 ONGs pesquisadas contavam, ao final de 1999, com 43.757 empréstimos vigentes e uma carteira de US\$ 14.1 milhões, com um valor médio de crédito de US\$ 323.00, muito mais reduzido que das organizações que se tornaram intermediários formais.

Esses dados refletem, em boa medida, a gestão eficiente que as ONGs exercem sobre suas carteiras de empréstimo. Ao liberar créditos de pequeno valor a um número grande de clientes, elas conseguem reduzir o risco da sua carteira. Esse é o caso da *FINCA Peru*, que conta com uma carteira de US\$ 690 mil, com 5.984 empréstimos vigentes, com uma média de US\$ 115 por operação. Também se pode citar o exemplo da Associação *PRISMA*, que registra uma carteira de US\$ 2.274 mil, com 16.745 empréstimos vigentes e uma média de US\$ 136 por operação. Apesar da eficiência na gestão da carteira, a participação das ONGs no mercado de microcrédito no Peru não é tão expressiva, pois, o número de créditos concedidos por elas equivale, no final de 1999, a apenas 21,67% do número de créditos concedidos pelas organizações formalizadas.

No Peru, as organizações de microcrédito não estão autorizadas a captar depósitos à vista; portanto, precisam buscar outras fontes de recurso. A maioria é financiada por instituições internacionais, tais como: USAID, CARE, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Algumas também se utilizam de recursos nacionais, provenientes de fundos administrados pelo governo (COFIDE, FONCODES).

5. Estudo de caso

5.1. Metodologia da pesquisa

Uma pesquisa bibliográfica inicial constatou a carência de trabalhos acadêmicos sobre o tema captação de recursos financeiros para organizações de microcrédito; portanto, o método adotado para o desenvolvimento da pesquisa foi o descritivo exploratório. Cerro e Bervian (1996) sugerem que seja utilizada a pesquisa descritiva quando se procura descobrir, com precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características (no caso deste trabalho, o fenômeno seria o perfil da captação de recursos financeiros). Dentre as formas que a pesquisa descritiva pode assumir, tais autores a classificam

como exploratória quando se buscam maiores informações sobre determinado assunto, que é o caso deste estudo, pois ele tem por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter nova percepção do mesmo e descobrir novas idéias.

O método de coleta de dados adotado foi o questionário, pelo nível de exatidão e agilidade que ele proporciona. Cervo e Bervian (1996) afirmam que o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja, além de poder ser enviado pelo correio, entregue diretamente ao respondente ou aplicado por elementos preparados e selecionados.

Foi elaborado um questionário com 13 perguntas fechadas, que podem ser agrupadas em três grupos de dados: cadastrais, financeiros e analíticos. Os dados cadastrais referem-se a: nome da organização, data de fundação, área de atuação e número de agentes de crédito. Os dados financeiros referem-se a: montante da carteira ativa de empréstimos, taxas de juros e administrativas cobradas dos clientes, origem dos recursos financeiros utilizados (empréstimos e/ou “fundos perdidos”) e parcerias com organizações que cubram parte dos gastos fixos da ONG. Os dados analíticos referem-se a opiniões e informações que as organizações têm sobre o mercado onde atuam.

O questionário foi enviado via *E-mail* para diversas ONGs de microcrédito no Brasil, Chile e Peru. No Brasil, tal questionário foi enviado a todas as organizações filiadas à ABCRED (Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Solidário e Entidades Similares), aproximadamente 50. No Chile, foi enviado a todas as organizações que aparecem no Cadastro de Instituições Creditícias (PET, 2002), um total de 12 ONGs. No Peru, foi enviado a todas as Edpymes (14) e a 12 outras ONGs de microcrédito que se conseguiu identificar (conforme dito anteriormente, no Peru não existe uma entidade ou associação que as agregue).

5.2. Resultados obtidos

No Brasil, somente 12 organizações devolveram o questionário preenchido. No Chile, houve um retorno de 10 questionários. Uma das organizações, a PROPESA, manifestou que está em processo de liquidação e enviou o questionário incompleto; portanto, pôde-se contar com uma amostra de 9 ONGs chilenas. No Peru, entre Edpymes e outras ONGs de microcrédito, foram devolvidos 8 questionários. Nos 3 países, algumas organizações contatadas comunicaram que, por motivos estratégicos, preferem não divulgar as informações solicitadas. Outras não se posicionaram e simplesmente não responderam ao questionário enviado.

A seguir serão apresentados os dados obtidos, divididos em três grupos:

- Dados Cadastrais

Os principais resultados, referentes aos dados cadastrais coletados, serão apresentados através das tabelas a seguir.

Tabela 5 – Organizações pesquisadas no Brasil e sua área de atuação – abr/2004

Nome da Organização	Área de atuação
1 - Banco da Família	Serra Catarinense - SC
2 - Crescer – Crédito Solidário	Ribeirão Preto – SP
3 - Instituição de Crédito – Sindcred	Grande Rio e Baixada Fluminense – RJ
4 - CEAPE (Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos)	Teresina e região - PI
5 - São Paulo Confia	São Paulo – SP
6 - Associação para o Desenvolvimento da Mulher – BM – Banco de Microcrédito	Curitiba e região metropolitana – Paraná
7 - Instituição Comunitária de Crédito Itabuna Solidária	Itabuna – BA
8 – Sistema de Crédito Popular - Credicidania	Goiânia - GO
9 - Instituição Comunitária de Crédito da Serra	Municípios da Serra Gaúcha - RS
10 – ICC Conquista Solidária	Vitória da Conquista – BA
11 – CEAPE	Vitória e região – ES
12 - Associação para o Desenvolvimento da Mulher do Rio de Janeiro – Banco da Mulher	Estado do Rio de Janeiro

Tabela 6 – Organizações pesquisadas no Chile e sua área de atuação – abr/2004

Nome da Organização	Área de atuação
1 – Centro de Capacitación y Desarrollo Económico y Social – Cecades	Região Metropolitana
2 – Financiera de la Mujer - FINAM	Regiões: Coquimbo, Valparaíso e Libertador Bernardo O’Higgins.
3 – Fundación Contigo	Zona Sul da Região Metropolitana.
4 – Fundación para el Desarrollo Regional de Aysén – FUNDA	Todos os bairros da Região de Aysén
5- Fundación Sointral	Regiões: Antofasta, Atacama, Coquimbo, e Região Metropolitana (Casa Matriz)
6- Fundación TPH Atacama	Região Atacama; Bairros Copiapó, Tierra Amarilla, Caldera, Vallenar e Huasco.
7- Fundación TPH Concepción	Região de Bio Bio
8 - Fundación TPH Santiago	Região Metropolitana.
9 - Oficina Coordinadora de Asistencia Campesina –OCAC	Regiões: Tarapacá, Libertador Bernardo O’Higgins, Bío Bío, Los Lagos.

Tabela 7 – Organizações pesquisadas no Peru e sua área de atuação – abr/2004

Nome da Organização	Área de atuação
1 – Edpyme Proempresa	Ayacucho, Apurimac, Arequipa e Lima
2 – Asociación Arariwa	Cusco.- Cusco, Urubamba, Calca, Paucartambo, Canas, Acomayo, Anta.
3 – Asociación de Finanzas y Desarrollo Rural AFIDER	Cajamarca.- Cajamarca, Celendin, San Marcos, San Miguel.
4 – Edpyme Confianza	Junin.- Huancayo.
5 – Edpyme Credivisión	Lima, Cusco
6 – Edpyme Solidaridad	Lambayeque.- Chiclayo.
7 – Movimiento Manuela Ramos	Lima.
8 – Caritas de Perú	

Tabela 8 – Tempo de Atividade das Organizações – abr/2004

Período (anos)	Brasil		Chile		Peru	
	Freqüência (amostra)	Percentual (%)	Freqüência (amostra)	Percentual (%)	Freqüência (amostra)	Percentual (%)
≤ 03	04	33,33	0	0	01	12,50
04 a 06	04	33,33	01	11,11	03	37,50
≥ 07	04	33,33	08	88,89	04	50,00
Total	12	100	09	100,00	08	100

Tabela 9 – Número de Agentes de Crédito das Organizações– abr/2004

N.º de Agentes	Brasil		Chile		Peru	
	Freqüência (amostra)	Percentual (%)	Freqüência (amostra)	Percentual (%)	Freqüência (amostra)	Percentual (%)
≤ 02	01	8,33	03	33,33	0	0,00
03 a 05	07	58,33	02	22,22	01	12,50
≥ 06	04	33,33	04	44,44	07	87,50
Total	12	100	09	100,00	08	100

- Dados Financeiros

Os principais resultados coletados também serão apresentados através de tabelas.

Tabela 10 – Carteira Ativa de Empréstimos– abr/2004

Valor US\$ X mil	Brasil		Chile		Peru	
	Freqüência (amostra)	Percentual (%)	Freqüência (amostra)	Percentual (%)	Freqüência (amostra)	Percentual (%)
≤ 100	02	16,67	0	0,0	01	12,50
100 / 300	06	50,00	01	11,11	0	0,00
300 / 500	0	0,0	03	22,22	1	12,50
≥ 500	04	33,33	05	55,56	06	75,00
Total	12	100	09	100,00	08	100

Tabela 11 – Taxas de Juros mensais cobradas no microcrédito– abr/2004

Juros (% a.m.)	Brasil		Chile		Peru	
	Freqüência (amostra)	Percentual (%)	Freqüência (amostra)	Percentual (%)	Freqüência (amostra)	Percentual (%)
≤ 3	01	8,33	07	77,78	02	25,00
3,01 a 4	05	41,67	02	22,22	03	37,50
4,01 a 5	05	41,67	0	0,0	03	37,50
≥ 5,01	01	8,33	0	0,0	0	0
Total	12	100	09	100,00	08	100

Tabela 12 – Taxas Administrativas para liberação do microcrédito– abr/2004

Taxa (%)*	Brasil		Chile		Peru	
	Freqüência (amostra)	Percentual (%)	Freqüência (amostra)	Percentual (%)	Freqüência (amostra)	Percentual (%)
≤ 3	04	66,66	03	100	01	100
3,01 a 4	01	16,67	0		0	0
4,01 a 5	0	0,0	0		0	0
≥ 5,01	01	16,67	0		0	0
Total	06	100	03	100	01	100

*OBS: Este percentual é referente ao total das organizações que cobram taxas administrativas no ato da concessão do crédito. A taxa incide sobre o valor do empréstimo concedido.

Tabela 13 – Fontes de Recursos das ONGs de Microcrédito no Brasil – abr/2004

Fontes de Recursos	Organizações de Microcrédito Pesquisadas												% de incidência	
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12		
Bancos Comerciais Privados		X			X									16,67
BNDES*	X					X				X		X		33,33
SEBRAE**														0,0
Instituições Internacionais		X		X								X		25,00
Convênios Municipais			X		X	X	X	X	X	X				58,33
Convênios Estaduais	X		X					X	X					33,33
Sindicatos e Associações					X				X					16,67

*OBS₁: O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma autarquia governamental;

** OBS₂: O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma sociedade civil sem fins lucrativos, cujos recursos utilizados provêm, principalmente, do repasse de impostos federais.

Tabela 14 – Fontes de Recursos das ONGs de Microcrédito no Chile – abr/2004

Fontes de Recursos	Organizações de Microcrédito Pesquisadas									% de incidência	
	01	02	03	04	05	06	07	08	09		
Instituições Privadas					X	X					22,22
Sercotec*		X									11,11
Codelco Norte**					X						11,11
Fosis (fonte governamental)						X	X		X		33,33
Instituições Internacionais	X	X	X	X	X	X			X		77,78
Próprios								X			11,11

*OBS₁: instituição pública que presta serviços às microempresas.

** OBS₂: empresa estatal do segmento de mineração.

Tabela 15 – Fontes de Recursos das ONGs de Microcrédito no Peru – abr/2004

Fontes de Recursos	Organizações de Microcrédito Pesquisadas								% de incidência
	01	02	03	04	05	06	07	08	
Instituições Privadas	X			X		X			37,50
Instituições Governamentais	X			X		X			37,50
Instituições Internacionais		X	X	X		X	X	X	75,00
Recursos Próprios					X				12,50

Tabela 16 – Parcerias para cobertura de gastos fixos – abr/2004

Parceria	Brasil		Chile		Peru	
	Frequência (amostra)	Percentual (%)	Frequência (amostra)	Percentual (%)	Frequência (amostra)	Percentual (%)
Possui	05	41,67	03	33,33	0	0,00
Não possui	07	58,33	06	66,67	08	100
Total	12	100	09	100,00	08	100

- Dados Analíticos

Foram elaboradas quatro perguntas analíticas. Nesta pesquisa, foram consideradas como dados analíticos as perguntas do questionário que objetivaram coletar opiniões e informações que as organizações têm sobre o mercado onde atuam. Os resultados são apresentados nas tabelas a seguir.

Tabela 17 – Percepção das ONGs em relação à opinião dos clientes, referente às taxas de juros que elas utilizam – abr/2004

Percepção dos juros	Brasil		Chile		Peru	
	Frequência (amostra)	Percentual (%)	Frequência (amostra)	Percentual (%)	Frequência (amostra)	Percentual (%)
Muito alta	0	0,0	0	0,0	0	0,00
Alta	0	0,0	01	11,11	01	12,50
Razoável	10	83,33	05	55,56	07	87,50
Baixa	01	8,33	02	22,22	0	0,00
Muito baixa	01	8,33	01	11,11	0	0,00
Total	12	100	09	100,0	08	100

Tabela 18 – Utilização de recursos de “fundo perdido”* – abr/2004

Recursos de fundo perdido	Brasil		Chile		Peru	
	Frequência (amostra)	Percentual (%)	Frequência (amostra)	Percentual (%)	Frequência (amostra)	Percentual (%)
Já recebeu	10	83,33	06	66,67	03	37,50
Nunca recebeu	02	16,67	03	33,33	05	62,50
Total	12	100	09	100,00	08	100

*OBS: Considera-se como “fundo perdido” os recursos que a ONG recebeu de outra Organização e que não precisaram ser devolvidos.

Tabela 19 – Falta de recursos para liberação de novas operações – abr/2004

Falta de Recursos	Brasil		Chile		Peru	
	Frequência (amostra)	Percentual (%)	Frequência (amostra)	Percentual (%)	Frequência (amostra)	Percentual (%)
Nunca teve	04	33,33	01	11,11	05	62,50
Algumas vezes	05	41,67	03	33,33	02	25,00
Sempre tem	03	25,00	05	55,56	01	12,50
Total	12	100	09	100,00	08	100

Tabela 20 – Planos de expansão de mercado das ONGs protelados por falta de recursos – abr/2004

Planos protelados	Brasil		Chile		Peru	
	Frequência (amostra)	Percentual (%)	Frequência (amostra)	Percentual (%)	Frequência (amostra)	Percentual (%)
Possui	11	91,67	09	100,00	04	50,00
Não possui	01	8,33	00	0,0	04	50,00
Total	12	100	09	100,00	08	100

Conclusões

Através da análise dos resultados da pesquisa, pôde-se comprovar que a hipótese levantada foi comprovada, ou seja, realmente as organizações não governamentais que atuam com microcrédito estão, em sua maioria, enfrentando dificuldades para captar recursos financeiros.

Quanto à falta de recursos financeiros para concessão de novas operações, a situação é pior no Chile, pois somente 11,11 % das ONGs informaram nunca terem tido problemas. No Brasil, a situação é um pouco melhor (33,33%), sendo mais satisfatória no Peru (62,50%). No tocante à protelação de planos de expansão de mercado por falta de recursos financeiros, a situação é crítica no Chile e no Brasil, pois 91,67% das ONGs brasileiras e 100% das ONGs chilenas afirmaram que não colocam em prática suas estratégias de expansão por falta de recursos financeiros. No Peru, o percentual é bem menos expressivo (50,00%).

Além da comprovação da hipótese levantada, a pesquisa permitiu levantar algumas peculiaridades das ONGs de microcrédito, de acordo com o país onde estão situadas. No Brasil, as fontes de recursos financeiros mais expressivas utilizadas pelas ONGs são, respectivamente: convênios municipais, convênios estaduais, BNDES e Instituições Internacionais. Enquanto no Brasil somente 25% das ONGs utilizam recursos provenientes de Instituições Internacionais, nos outros dois países esses percentuais são bem mais expressivos: 77,78% no Chile e 75,00% no Peru.

Uma das formas que as ONGs têm para amenizar seu déficit de recursos é buscar parcerias com outras organizações, com o intuito destas arcarem com uma parte de seus custos fixos. Esta estratégia é adotada por 41,67% das ONGs brasileiras e por 33,33% das chilenas. No Peru, tal estratégia não é adotada, possivelmente por ser o país onde as ONGs apresentaram melhor situação em relação à captação de recursos financeiros. Outro dado que ratifica esta afirmação é a constatação que somente 37,50% das organizações peruanas já utilizaram recursos de fundo perdido. No Brasil, esta prática já foi utilizada por 83,33% das ONGs e, no Chile, por 66,67%.

A maior escassez de recursos financeiros apresentada pelas ONGs brasileiras e chilenas pode ser a razão de utilizarem uma estratégia para aumentar as receitas, pouco adotada pelas ONGs peruanas, a cobrança de uma taxa administrativa para liberação das operações de microcrédito. Somente 12,50% das ONGs peruanas

utilizam tal estratégia, enquanto que, no Chile, o número chega a 33,33% e, no Brasil, a 50%.

Em relação às taxas de juros cobradas para as operações de microcrédito, foram encontradas as mais baixas no Chile, pois, 77,78% das ONGs cobram taxas iguais a 3% ao mês ou menores. No Peru, 25,00% das ONGs cobram taxas neste patamar e, no Brasil, somente 8,33%. As taxas mais altas foram encontradas no Brasil, pois, 83,34% das ONGs cobram taxas entre 3% e 5% ao mês. No Peru, 75,00% das ONGs cobram tais níveis de taxas e, no Chile, somente 22,22%. Apesar destas diferenças, a pesquisa apurou que as ONGs dos três países têm a percepção que seus clientes, na maioria, consideram que as taxas de juros cobradas são razoáveis.

As ONGs peruanas, apesar de não serem as mais antigas (50,00% delas estão no mercado há mais de 7 anos), são as que possuem um porte maior, visto que 75,00% delas possuem uma carteira ativa de empréstimos superior a US\$ 500,000.00 e, também, 87,50% possuem um número igual ou superior a 6 agentes de crédito.

As ONGs chilenas são as mais tradicionais, pois 88,89% delas estão no mercado há mais de 7 anos. Em relação ao porte, são mais diversificadas, mas há uma pequena predominância de organizações de maior porte, visto que 55,56% delas têm uma carteira de empréstimos superior a US\$ 500,000.00 e 44,44% possuem um número igual ou superior a 6 agentes de crédito.

No Brasil, foi encontrada uma grande diversidade entre as ONGs. Em relação ao tempo em que estão atuando no mercado, foi apurado um percentual idêntico de ONGs com menos de 03 anos, entre 04 e 06 anos e com 07 ou mais anos de existência. Esta diversidade também pode ser comprovada ao se observar o número de agentes de crédito que possuem e suas carteiras ativas de empréstimos.

Referências bibliográficas

- ADEX – AID e COPEME. **Microfinanzas en el Perú**, N.º 2, julho do 2000
- BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU (BCR). **El Costo del Crédito en el Perú**. Lima, noviembre del 2002, 141 p.
- BID. **“Anexo estatístico”**. Disponible em Internet: www.iadb.org. Acceso en abril 2004.
- BRUETT, Tillman, SUMMERLIN, Reuben, D’ONOFRIO, Sharon. **Manual de técnicas de gestão microfinanceira: programa de desenvolvimento institucional**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa de microcrédito no Brasil**. Brasília: Caixa Econômica Federal. 2002, 140p.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996. 209p.
- DOKMO, Charles L. **Microcredit: ending poverty on our planet...one poor person at a time**. Opportunity International’s 29th Anniversary Annual Gala Dinner in Oakbrook, Illinois, on march 10, 2000.
- FRANCO, M. **“Las pautas del Microcrédito desde la óptica de la sustentabilidad”**. BID. Presentación realizada en el Seminario: “Hacia un modelo de financiamiento a la Microempresa en Chile”, organizado por FOSIS, realizado en los días 4 y 5 de septiembre de 2001.
- HERRERA, J.A. **“Crédito a la Microempresa en Chile: Una Revisión Cualitativa (1991-2001)”**. Programa de Economía Territorial – PET. Santiago, abril 2003.
- JANSSON, T., WENNER M. **“Financial regulation and its significance for microfinance in Latin America and the Caribbean (La regulación financiera y su**

- importante para las actividades de microfinanciamiento en América Latina y el Caribe)***". Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 1997.
- KWITKO, Evanda Evani Burtet. **Guia básico para constituição e legalização de organização microfinanceira: programa de desenvolvimento institucional**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002, 123p.
- MORGAN, M. **"Situación de las ONG's Chilenas al inicio del siglo XXI"**. Santiago. Asociación Chilena de Organismos no Gubernamentales A.G. –ACCION. 2001.
- PAINTER, Gary, TANG, Shui-Yan. **The microcredit challenge: a survey of programs in California**. Journal of Developmental Entrepreneurship, vol. 6, n.º 1, april, 2001.
- PARENTE, Silvana. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002, 192 p – Coleção prazer em conhecer, v. 1.
- PET. **"Catastro de Instituciones Crediticias – Bancos, Cooperativas, ONG's. Dónde y Cómo Obtener un Crédito"**. Santiago de Chile, junio 2002.
- ROCK. R., OTERO M.. **"From margin to mainstream: The regulations and supervision of microfinance"** (Desde los márgenes hasta las corrientes principales: Regulaciones y fiscalización de las actividades de microfinanciamiento). Action International Monograph Series No. 11. Somerville, N.J.: Acción Internacional, 1997.
- SINGER Paul, SOUZA, André Ricardo (organizadores). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000, 320p.
- VEGA, Claudio; PRADO, Fernando. **"El Reto de las Microfinanzas en América Latina: La visión actual"**, Caracas: Corporación Andina de Fomento, 1997.
- VERDUGO, R. **"Sustentabilidad del Sistema Crediticio para Microempresarios"**. Resumen Ejecutivo. Fosis. Presentación realizada en el seminario: "Hacia un modelo de Financiamiento a la Microempresa en Chile", organizado por Fosis, realizado en los días 4 y 5 de septiembre de 2001.